

APRESENTAÇÃO

A Revista **Zeiki** cada vez mais vem proporcionando um importante espaço de divulgação científica com a preocupação de articular pesquisa, ensino e a extensão, ao mesmo tempo busca ampliar a relação Universidade Sociedade a partir de questões/reflexões educacionais, socioculturais e sociopolíticas. E, apresentar a quarta edição desta revista é motivo de muita alegria e satisfação, por que ao realizar essa missão, tenho o privilégio de fazer uma leitura minuciosa e atenta dos mais variados artigos que constitui essa jovem e promissora Revista.

Nesta edição o leitor encontrará uma diversidade de temas, cada um com a sua importância particular, mas também com uma estima coletiva, pois é o conjunto desses artigos que constitui interdisciplinarmente esta revista. Portanto, ela traz artigos que perpassam temas de interesse das áreas de tecnologia e produção, educação e sociedade, direitos humanos/justiça e planejamento e desenho da cidade.

Os seus autores, colaboradores ativos dessas áreas, são pesquisadores dedicados a manter vivo todo o conhecimento cultural e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todas as suas formas de difusão, como pode ser constatado pela leitura dos artigos.

No artigo de abertura, *Aplicação de Técnicas de Gestão de Estoques em uma Pequena Empresa: o caso de um restaurante*, Magalhães *et al.* nos apresentam a aplicação de técnicas de Gestão de Estoques: política baseada no sistema Q vs. P , para suporte ao problema de determinação de nível de estoques reserva de suprimentos e manutenção do nível de serviço em um restaurante localizado na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Já em *Uso de Rede Neural Implementada Sobre Dispositivos Iot Para Reconhecimento de Indivíduos Armados* Coelho *et al.* propõem um modelo de câmera implementado em um dispositivo ESP32, que é conectado a um servidor Raspberry Pi, o qual é responsável pela análise de imagens através de uma rede neural para reconhecimento de armas, ou seja, com a utilização de métodos de detecção de objetos implementados sobre dispositivos embarcados para a área da segurança, apresenta um sistema de vigilância com câmeras inteligentes e conexões IP, que fazem parte da maioria dos sistemas de segurança tradicionais.

Batista *et al.* no artigo *Controle Estatístico de Processo no Desenvolvimento de Plano de Ações Corretivas e Rotinas de Trabalho* nos demonstram o uso das ferramentas do controle estatístico de processo (CEP) na análise e monitoramento dos processos produtivos em uma empresa do ramo alimentício. E, a partir disso, desenvolveram um plano de ações corretivas e uma rotina padronizada de trabalho para o monitoramento contínuo do processo.

Em *Estudo Sobre A Expansão Urbana De Barra Do Bugres, MT*, Maciel nos apresenta uma proposta da expansão urbana de Barra do Bugres em contrapartida ao estudo desenvolvido pela Prefeitura Municipal intitulado Avaliação Temática Integrado do Município de Barra do Bugres, no ano de 2006, que apresenta a expansão urbana em três períodos, até 1960, entre 1970 e 1990 e após 1990.

Silva e Seba em *A Literatura nos Documentos Oficiais da Educação Brasileira: um olhar para o Ensino Médio* fazem uma importante reflexão afirmando que o letramento literário pode contribuir para a formação cidadã, gerando conhecimentos e valores substanciais para a participação equitativa, reflexiva e ativa dos alunos na sociedade. Para isso, tiveram que se debruçar em alguns documentos que regem a educação brasileira, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Organizações Curriculares Nacionais e a Base Nacional

Comum Curricular, com o propósito de compreender em que medida os processos de leitura, escrita e apreciação de textos literários são orientados nas práticas de ensino de Língua Portuguesa.

Já Iocca em *Relato de Experiência: o uso de jogos para o ensino de matemática* traz uma experiência oriunda do uso de jogos como proposta lúdica para o ensino de matemática, construída no contexto do curso de licenciatura em Ciências Naturais e Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso-MT. A experiência teve como objetivo central verificar, através do uso de jogos, a compreensão dos alunos quanto a teoria trabalhada no ano letivo anterior dos alunos de 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Cenecista Santa Elisabete, CNEC, localizada na cidade de Sinop-MT.

Em *Entre Historiadores e Juristas: reflexões sobre o ensino de história do direito* Garcia e Gonçalves, devido a diferente natureza das formações de historiadores e juristas, apresentam abordagens bem distintas no estudo da história do Direito, ou seja, os autores buscam expor essa diferença entre historiadores e juristas no âmbito da docência universitária da disciplina de História do Direito, com a finalidade de buscar uma forma de se transpor o abismo existente entre eles.

Ainda Gonçalves e Garcia em *Direito Divino Positivado ou Direito Positivo Divinizado? Ensaio Sobre a Grundnorm de Legislações do Oriente Antigo* realizam uma reflexão acerca do conteúdo da norma fundamental, analisada sob a óptica estática, dos direitos babilônico e hebreu com vistas a descobrir o alicerce material dessas duas ordens jurídicas, ao mesmo tempo próximas e distantes, pois partilham o fato de possuírem um fundo divino com posituação humana, cuja divisão só se operou a partir do Cristianismo.

Já Calomezoré e Kapitango-a-Samba em *Percepções de Estudantes Indígenas da Universidade do Estado de Mato Grosso Sobre a Política de Ações Afirmativas* tratam sobre as ações afirmativas em face da população indígena na Universidade do Estado de Mato Grosso, que busca estudar a Política de Ação Afirmativa desta Universidade, os critérios utilizados pela banca de confirmação da inscrição como cotista indígena para verificar sua efetividade e, ademais, analisar as percepções dos estudantes indígenas em relação a compreensão da política de ação afirmativa dos Câmpus de Barra do Bugres, Cáceres e Tangará da Serra, Mato Grosso.

Silva em seu artigo intitulado *Direito ao Silêncio e a (In)Existência de Nulidade no Prosseguimento do Interrogatório Judicial à Luz Do Artigo 15, Parágrafo Único, I, da Lei de Abuso De Autoridade* traz para a discussão e reflexão o exercício pelo réu do direito ao silêncio no curso do processo penal que na sua ótica é um tema que sempre despertou interesse e suscita polêmica. O autor nos alerta, ainda, dizendo que o direito ao silêncio é um instituto fundamental previsto em vários documentos legislativos e, por sua força constitucional, deve ser tratado com seriedade e observância aos princípios norteadores da ampla defesa e contraditório.

Por fim, nos resta convidar o zeloso leitor para continuar a sua imersão nesse espaço de reflexões proporcionadas pela sinuosidade das ideias contidas nos artigos e, ao mesmo tempo, possa conhecer em detalhes as suas particularidades e contribuições, ampliando ainda mais seus horizontes.

Prof. Dr. Adailton Alves da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso